

Aprovado: Congresso no horário nobre da TV.

A criação do programa "Diário do Congresso Nacional" foi aprovada ontem em sessão extraordinária na Câmara. Se tal aprovação for confirmada também no Senado, as emissoras de tevê terão de ceder obrigatoriamente dez minutos de seu horário nobre, entre segunda e sexta-feira, para divulgar os trabalhos do Legislativo em cadeia nacional. "Isso é antidemocrático", rebateu ainda ontem o vice-presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Luís Eduardo Borgerth, que comparou a medida à obrigatoriedade da transmissão da "Hora do Brasil", criada na ditadura Vargas.

O projeto, contudo, é defendido por seu autor, deputado José Tavares (PMDB-PR), com o argumento de que o Congresso, por falta de informações, tem sido alvo de críticas que o apontam como responsável por tudo de negativo que ocorre no País. "Há ataques deliberados visando a desmoralização do Congresso", concorda Lysâneas Maciel (PDT-RJ), que vê no programa uma oportunidade de o Congresso expor seu lado. Borgerth, da Abert, contesta essa afirmação de que as tevês estejam em campanha contra o Congresso: "O que se tem feito é denunciar abusos ocorridos". O diretor nacional da Rede Bandeirantes, José Roberto Maluf, vai além. Ele acredita que a aprovação do projeto é um "grave erro". "Esse programa chapa branca, que vai enaltecer os congressistas, poderá ser desmentido logo em seguida pelos telejornais", prevê Maluf. "As emissoras de tevê não têm culpa se mostram um plenário vazio. Informamos que não há quórum, quando não há quórum."

Mesmo assim, o vice-presi-

dente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), insiste que o objetivo do programa é responder às "críticas insidiosas" que a imprensa faz ao Congresso. Borgerth contra-ataca: "Desconheço críticas insidiosas nos últimos 18 meses. E também não recebemos desmentidos de denúncias; quando isso ocorre, nós divulgamos". Para Borgerth, se os políticos se sentem ofendidos com as denúncias de mordomias, há dispositivos na Constituição que os protegem em caso de calúnia, injúria ou difamação. "A Constituição prevê o direito de resposta a todos que se sintam prejudicados."

Se o novo horário for mesmo aprovado no Senado, Borgerth já calcula que haverá uma queda expressiva no faturamento das emissoras. O prejuízo mensal, segundo os números preliminares, seria em torno de 30 milhões de dólares.

Esses cálculos já assustam as direções das emissoras. Por isso, a Abert pretende entrar imediatamente em ação. Borgerth lembra que, ainda em campanha, o presidente Fernando Collor prometeu acabar com o sistema abusivo de requisição de cadeias nacionais de tevê e rádio. E é com base nessa promessa que a Abert fala em recorrer ao presidente, pedindo que vete o projeto, caso seja aprovado no Senado. E se isso de nada adiantar, Borgerth acredita que nada restará às emissoras outra alternativa senão recorrer à Justiça. "Esse horário representará uma desapropriação e, depois de aprovado, vamos ver se a lei é ou não constitucional", adverte o presidente da Abert. (O projeto foi aprovado por um acordo de lideranças. Apenas o deputado Érico Pegoraro (PFL-RS) declarou seu voto em contrário, mas sem nenhum efeito prático.)